



Projeto sobre beneficiados por isenções pode ser concluído

Plenário deve analisar emenda que limita divulgação apenas a nomes de empresas. Oposição quer manter texto original, que prevê a publicação também de pessoas físicas

O Plenário deve concluir esta semana a votação do projeto de Randolfe Rodrigues que prevê a divulgação dos nomes de quem é beneficiado por renúncia fiscal.

O texto principal já foi aprovado, mas falta analisar uma emenda, defendida pelos governistas, que restringe a publicação apenas a nomes de empresas. A oposição, no entanto, quer manter a proposta original.

Também está na pauta projeto que aumenta a potência das rádios comunitárias de 25 para 300 watts e aumenta o número de canais. O objetivo é aumentar o alcance dessas rádios. **3**



Marcos Oliveira/Agência Senado — 12/7/2017

Pauta do Plenário do Senado inclui a votação de emenda para reduzir alcance da proposta que prevê a divulgação dos nomes de beneficiados por renúncia fiscal



Gerardo Menezes/Agência Senado

Especialistas em tributação e representantes de movimento nacional na audiência conduzida por Paulo Paim (C)

Debate aponta desigualdades no sistema tributário

O Brasil precisa fazer uma reforma tributária que aumente impostos sobre renda e patrimônio e reduza a taxa de imposto indireta sobre mercadorias,

bens e serviços. A posição foi defendida na quinta-feira por participantes de audiência pública, na Comissão de Direitos Humanos, sobre o

movimento Reforma Tributária Solidária. O movimento nacional aponta injustiças no sistema de impostos do país e propõe mudanças. **3**

Consultor adverte sobre perdas com isenções dadas a petroleiras

O Brasil pode perder mais de R\$ 1 trilhão de arrecadação com alterações promovidas na lei que concede isenções fiscais a empresas estrangeiras na exploração de petróleo. Foi o que advertiu o consultor Paulo César Ribeiro Lima em audiência na Comissão de Desenvolvimento Regional. **3**

Lideranças do esporte nacional pedem apoio para manter recursos

Representantes de entidades esportivas pediram ao presidente do Senado, Eunício Oliveira, apoio à instalação de comissão para avaliar a retirada de recursos do esporte, determinada por medida provisória. A MP destina à segurança pública recursos que antes financiavam atletas e competições. **2**

Comissão aprova nota de repúdio à política de Trump contra imigração

A Comissão de Relações Exteriores aprovou na quinta-feira nota de repúdio à política de “tolerância zero” do governo Trump contra imigrantes ilegais, que está separando pais e filhos. Já são cerca de duas mil crianças, entre elas 49 brasileiras. Alguns dos menores teriam sido colocados dentro de “jaulas” de metal.

O documento vai passar ainda pelo Plenário antes de ser encaminhado ao Senado dos Estados Unidos. **4**

Lei reduz juros de empréstimos concedidos por fundos regionais

Foi publicada no *Diário Oficial da União* de terça-feira a lei que muda a forma de cálculo das taxas de juros para os empréstimos concedidos pelos Fundos Constitucionais do Norte, do Nordeste e do Centro-Oeste.

O texto cria uma fórmula que reduz a taxa para o tomador, levando em conta a renda domiciliar per capita regional e o tipo de empréstimo. É a chamada Taxa de Juros dos Fundos Constitucionais. **2**

Indicações de dois embaixadores vão a Plenário



Pedro França/Agência Senado

Nelson de Oliveira, Fernando Collor, presidente da comissão, e Corrêa do Lago

A Comissão de Relações Exteriores aprovou na quinta-feira as indicações dos embaixadores do Brasil na Índia e na Suécia. As mensagens seguem para o Plenário. O diplomata Nelson Antonio de Oliveira vai exercer cargo de embaixador em Estocolmo. O indicado para embaixador em Nova Delhi, na Índia, é o diplomata André Aranha Corrêa do Lago. **4**

Fundos constitucionais já têm nova regra para juros

Lei que reduz as taxas para empréstimos concedidos pelos Fundos do Norte, Nordeste e Centro-Oeste foi publicada no *Diário Oficial da União*. Dois dispositivos da proposta foram vetados por Michel Temer

A LEI QUE muda a forma de cálculo das taxas de juros para os empréstimos concedidos pelos Fundos Constitucionais do Norte (FNO), do Nordeste (FNE) e do Centro-Oeste (FCO) foi publicada no *Diário Oficial da União* de terça-feira. A Lei 13.682 tem origem na Medida Provisória 812/2017, aprovada na forma de um projeto de lei de conversão (PLV 10/2018).

O texto cria uma fórmula que reduz a taxa para o tomador, levando em conta a renda domiciliar per capita regional e o tipo de empréstimo. É a chamada Taxa de Juros dos Fundos Constitucionais (TFC).

Ao apresentar a MP, o Executivo alegou que os fundos têm papel importante na implementação de políticas públicas para a redução das desigualdades regionais e precisam, portanto, oferecer taxas de juros adequadas ao padrão de renda das regiões atendidas.

O presidente Michel Temer



Mamona no Rio Grande do Norte, um dos estados beneficiados pelo fundo

vetou dois trechos da proposta. Um deles autorizava a União a conceder subsídio ao BNDES nas operações de financiamento de infraestrutura contratadas para programas de financiamento nas três regiões.

De acordo com a justificativa ao veto, a Lei de Diretrizes Orçamentárias para 2018 (LDO — Lei 13.473, de 2017) impõe condições para as proposições legislativas que causem diminuição de receita e aumento de despesas da União, o que seria infringido pelo dispositivo.

Também foi vetado o compartilhamento entre bancos e fundos constitucionais do risco das operações de financiamento estudantil contratadas até 31 de dezembro de 2021. De acordo com Temer, o compartilhamento de risco pode aumentar as despesas primárias da União, infringindo a Lei de Responsabilidade Fiscal e também a LDO.

Os fundos constitucionais foram criados para ajudar os setores produtivos das regiões menos desenvolvidas.

Entidades esportivas defendem recursos para atletas

O presidente do Senado, Eunício Oliveira, recebeu na semana passada políticos e representantes de entidades esportivas que pediram apoio para a instalação de uma comissão para analisar a retirada de recursos da área do esporte, prevista em uma medida provisória (MP 841/2018).

A MP redireciona a arrecadação das loterias para o

Fundo Nacional de Segurança Pública. Antes, esse recurso era destinado à promoção de eventos esportivos e ao patrocínio de atletas em competições nacionais e internacionais.

Participaram do encontro o senador José Serra (PSDB-SP), os deputados Leonardo Picciani (MDB-RJ) e João Paulo Papa (PSDB-SP), o presidente da Comissão Nacional de Atletas,

Lars Graef, e integrantes da Comissão Nacional do Esporte.

Eunício disse que apoia o pleito e que pedirá aos líderes celeridade na indicação de parlamentares para a comissão: — Vamos respeitar a proporcionalidade partidária para construir um texto unânime e garantir recursos para o esporte.

Da Assessoria de Imprensa da Presidência do Senado



Eunício Oliveira (C) recebe parlamentares e representantes das Comissões Nacionais de Atletas e do Esporte

Amazonas enfrenta crise de desemprego, alerta Vanessa

A senadora Vanessa Grazziotin (PCdoB-AM) chamou a atenção sobre o aumento do desemprego no Amazonas. Segundo ela, em maio, foram perdidos 1,2 mil postos de trabalho formais. Os setores de eletroeletrônico e de duas rodas, instalados na Zona Franca de Manaus, foram os que mais sofreram.



— Há pouco tempo, o Amazonas liderava o ranking dos estados que mais perdiam empregos formais. Agora está em terceiro lugar. Isso acontece porque a produção do Polo Industrial de Manaus se dirige ao mercado interno. E com a queda nas vendas causada pela crise econômica, vem a queda na produção.

AGENDA

A agenda completa, incluindo o número de cada proposição, está disponível na internet, no endereço: <http://bit.ly/agendaLegislativa>



SEGUNDA

ESTATUTO DO TRABALHO Jornada

9h Audiência sobre jornada, trabalho extraordinário e salário mínimo.

PLENÁRIO Sessão não deliberativa

14h Discursos e avisos da Mesa.

CSE Combustíveis

16h Audiência sobre impactos da gasolina nos serviços públicos e privados.

CRE Coreia e Estados Unidos

18h Debate sobre proliferação nuclear — a questão Coreia x EUA.

TERÇA

PLDO 2019 Emendas

9h A partir das 9h, votam emendas ao Projeto de Lei de Diretrizes Orçamentárias para 2019 as seguintes comissões: CI, CCT, CAE, CCI, CRE, CAS, CRA, CE, CDH, CDR, CMCVM, CTFC e CMMC.

CDH Saúde pública

9h Audiência para debater SUS e planos de saúde, com foco na situação da Geap, Capesau e seus beneficiários.

CI Logística

9h Audiência debate o o sistema logístico brasileiro.

MP 832/2018 Transporte de cargas

9h30 A comissão que analisa a MP que institui preços mínimos para transporte de cargas ouve representantes dos caminhoneiros. Às 14h30, ouve representantes de usuários do transporte de cargas.

CAE Dados pessoais

11h Debate sobre regulamentação do uso de dados pessoais em meios digitais.

CMO Crédito extraordinário

10h Entre os 4 itens da pauta, a MP 825/2018, que abre crédito extraordinário para a Presidência da República. Às 14h30, reunião deliberativa sobre Orçamento.

QUINTA

CRE Finlândia e Bolívia

10h Sabatina de embaixadores indicados para Finlândia e Bolívia e votação de acordos internacionais.

CAS Hospitais filantrópicos

10h30 Audiência sobre a Política de Atenção Hospitalar e da Contratualização dos Hospitais Filantrópicos no SUS.

CMA Assentamentos rurais

10h30 Audiência para debater a situação ambiental dos assentamentos rurais.

CRA Compra de leite

11h Entre os 6 itens da pauta, emenda da Câmara dos Deputados 1/2018, que aumenta limite mínimo em programa de compra de leite.

CONGRESSO Vetos

11h Sessão conjunta para votar vetos presidenciais e propostas orçamentárias.

CE Biometria em estádios

11h30 Projeto que determina obrigatoriedade de catraca com controle biométrico para acesso a estádios de futebol é um dos 18 itens da pauta.

CAS Doenças raras

14h Debate sobre a situação da compra de medicamentos para doenças raras.

CDR Guarda-vidas

14h Regulamentação da profissão de guarda-vidas é um dos 8 itens da pauta.

CMCVM Requerimentos

14h Votação de 7 requerimentos.

CMMC Desmatamento

14h30 Debate sobre combate ao desmatamento ilegal na Amazônia e no Cerrado.

CSE Fundo constitucional

16h Audiência debate a aplicação dos recursos do Fundo Constitucional do Distrito Federal e seus impactos futuros.

Previsão atualizada às 18h de sexta-feira pela Secretaria-Geral da Mesa e Secretaria de Comissões

SESSÃO ON-LINE

Confira a íntegra das sessões no **Plenário**: <http://bit.ly/plenarioOnline>

Confira a íntegra das sessões nas **comissões**: <http://bit.ly/comissoesOnline>

MESA DO SENADO FEDERAL

Presidente: Eunício Oliveira
Primeiro-vice-presidente: Cássio Cunha Lima
Segundo-vice-presidente: João Alberto Souza
Primeiro-secretário: José Pimentel
Segundo-secretário: Gladson Cameli
Terceiro-secretário: Antonio Carlos Valadares
Quarto-secretário: Zeze Perrella
Suplentes de secretário: Eduardo Amorim, Sérgio Petecão, Davi Alcolumbre e Cidinho Santos

Secretário-geral da Mesa: Luiz Fernando Bandeira
Diretora-geral: Ilana Trombka

SECRETARIA DE COMUNICAÇÃO SOCIAL

Diretora: Angela Brandão
Coordenadora-geral: Ana Lucia Romero Novelli
Diretora de Jornalismo: Ester Monteiro

SECRETARIA AGÊNCIA E JORNAL DO SENADO

Diretor: Flávio Faria
Coordenador-geral: Sílvio Burl
Coordenação de Cobertura: Paola Lima
Serviço de Reportagem: Sheyla Assunção
Serviço de Fotografia: Leonardo Sá
Serviço de Arte: Bruno Bazílio

Jornal do Senado

Editor-chefe: Marcio Maturana

Edição e revisão: Fernanda Vidigal, Joseana Paganine, Juliana Steck, Maurício Müller, Pedro Pincer e Tatiana Beltrão

Diagramação: Beto Alvim, Claudio Portella e Ronaldo Alves

Tratamento de imagem: Afonso Celso F. A. Oliveira e Roberto Suguino

Circulação e atendimento ao leitor: (61) 3303-3333

O noticiário do **Jornal do Senado** é elaborado pela equipe de jornalistas da Agência Senado, do **Jornal do Senado**, da Rádio Senado e da TV Senado e poderá ser reproduzido mediante citação da fonte.

Impresso em papel reciclado pela Secretaria de Editoração e Publicações (Segraf)

Senado pode concluir votação de texto sobre beneficiados com renúncia fiscal

Emenda, que ainda precisa ser analisada, restringe divulgação a nomes de empresas. Oposição quer manter também as pessoas físicas

O PLENÁRIO DO Senado pode concluir nesta semana a votação do projeto que obriga a publicação do nome dos beneficiados por renúncia fiscal. O texto principal do PLS 188/2014 já foi aprovado no dia 12, quando os partidos governistas entraram em obstrução para adiar o exame de uma emenda que restringe o alcance da proposta, temendo sua rejeição diante do baixo quorum naquele momento.

A proposta original, de Randalfe Rodrigues (Rede-AP), autoriza a Receita Federal a tornar públicos os nomes de pessoas e empresas beneficiadas por renúncia fiscal. Lúcia Vânia (PSB-GO), que relatou o projeto na Comissão de Assuntos Econômicos (CAE), propôs que apenas os nomes

de pessoas jurídicas sejam divulgados. Para ela, a divulgação é destinada a determinados setores produtivos, que, por receberem isenções, poderiam distorcer indevidamente o princípio da isonomia.

O líder do governo no Senado, Romero Jucá (MDB-RR), também defende a emenda. Segundo, a alteração evitaria a publicação dos nomes de quem tem caderneta de poupança, por exemplo, e é beneficiado com isenção do Imposto de Renda.

O líder do PT, Lindbergh Farias (RJ), não aceita mudar o texto. Para ele, é preciso tornar públicos, em especial, os nomes de sócios de empresas que recebem lucros e dividendos — e que acabam isentos do pagamento de impostos.

A emenda de Lúcia Vânia prevê ainda a inclusão de um dispositivo para autorizar os agentes da Receita Federal a confirmar informações prestadas por beneficiários de programas sociais do governo. O objetivo é evitar fraudes, como o recebimento de benefício por quem não preencha os requisitos de renda.

Rádios comunitárias

Também está na pauta do Plenário o projeto que aumenta a potência das rádios de 25 para até 300 watts, com três canais designados, em vez de um, para a execução de radiodifusão comunitária que atenda uma comunidade, bairro ou vila.

Segundo o autor do PLS 513/2017, Hélio José (Pros-

DF), o aumento da potência é necessário diante da grande diversidade geográfica do Brasil. Para o senador, 25 watts são insuficientes para operação nas áreas de população esparsa, particularmente na zona rural.

O relator do projeto na Comissão de Ciência, Tecnologia, Inovação, Comunicação e Informática (CCT), Waldemir Moka (PMDB-MS), afirmou que a atual potência limita o alcance da rádio, muitas vezes menor do que seu público potencial.

Na quarta-feira, no Plenário, Paulo Rocha (PT-PA) manifestou apoio ao projeto. Para o senador, as rádios comunitárias fazem parte da comunicação de milhões de excluídos e têm função estratégica na consolidação da democracia.

Prisão de Lula é “interpretação absurda da lei”, afirma Requião

Roberto Requião (MDB-PR) se disse preocupado com o julgamento, amanhã, de recurso apresentado pela defesa do ex-presidente Lula à Segunda Turma do STF. Os advogados tentam suspender a decisão do Tribunal Regional Federal da 4ª Região que, em abril, autorizou a prisão.

O senador classificou como “interpretação absurda da lei” o fato de Lula estar preso sem que todos os recursos disponíveis à defesa tenham sido apreciados. Segundo ele, “interesses internacionais” não podem determinar o comportamento dos juízes.



Edilson Rodrigues/Agência Senado

Todos os candidatos devem poder concorrer, diz Humberto Costa

Humberto Costa (PT-PE) ressaltou, na quinta-feira, a importância das próximas eleições gerais, quando o presidente Michel Temer “será substituído por alguém legitimado, escolhido pelo voto popular, em eleições livres”. Mas, para que o processo seja correto, é preciso, disse o senador, garantir a todos os interessados em concorrer o direito de serem candidatos.

— É importante que todos aqueles que pretendem disputar a eleição presidencial possam fazê-lo, porque a forma de superarmos a encruzilhada é a realização de eleições livres.



Edilson Rodrigues/Agência Senado

Wellington Fagundes relata audiência sobre concessão de aeroporto

Wellington Fagundes (PR-MT) disse, na quinta-feira, que a audiência pública com a Agência Nacional de Aviação Civil, em Cuiabá, discutiu a concessão de cinco aeroportos de Mato Grosso, em Várzea Grande, Sinop, Alta Floresta, Rondonópolis e Barra do Garças. Segundo ele, participaram empresas nacionais e estrangeiras interessadas na concessão, que pode ocorrer neste ano. O senador explicou que o modelo de concessão em bloco é melhor pois une um aeroporto superavitário, como o de Várzea Grande, com os outros, que precisam de investimentos.



Waldemir Borreto/Agência Senado

Debatedores defendem carga tributária menor sobre bens e serviços

O Brasil precisa aumentar a tributação direta sobre a renda e reduzir a carga tributária indireta sobre mercadorias, bens e serviços. Essa foi a avaliação dos participantes de audiência pública na Comissão de Direitos Humanos, na quinta-feira.

Na reunião, requerida pelo senador Paulo Paim (PT-RS), os convidados discutiram a reforma tributária com foco no movimento Reforma Tributária Solidária: menos desigualdade, mais Brasil. O movimento foi criado pela Associação Nacional dos Auditores Fiscais da Receita Federal (Anfip) e pela Federação Nacional do Fisco Estadual e Distrital (Fenafisco).

— Desde que estou no Parlamento, há mais de 30 anos, fala-se muito, mas a reforma não acontece. Não sei o que há por trás do processo que não permite reforma tributária justa e progressiva — disse Paim.

O economista Clóvis Scherer,



Paim (C) preside audiência pública sobre reforma tributária solidária

do Departamento Intersindical de Estatística e Estudos Socioeconômicos (Dieese), afirmou que a estrutura tributária no país é excessivamente concentrada em tributos indiretos.

— O imposto sobre a renda é pouco progressivo, especialmente no topo da escala de renda e nos rendimentos do capital. Ou seja, o patrimônio é pouco tributado.

O presidente do Conselho Executivo da Anfip, Floriano de Sá Neto, disse que o brasileiro tem a noção equivocada de que

paga muito imposto. A carga é alta sobre bens e serviços, mas há pouca tributação sobre o patrimônio e a riqueza, sustentou:

— Como exemplo, temos o Imposto Sobre a Propriedade Territorial Rural, o IPTU, o IPVA, o Imposto Sobre Transmissão de Bens Imóveis, sobre herança e grandes fortunas. As grandes propriedades rurais contribuem pouco no Brasil.

Ele leu o manifesto Reforma Tributária Solidária, que propõe, entre outros pontos, um sistema tributário progressivo

que aumente a tributação direta sobre a renda, a propriedade e a riqueza, reduzindo a carga indireta, sobre bens e serviços. O documento também defende a revisão das renúncias fiscais e o combate à sonegação.

Educação

Rafael Georges, da Oxfam Brasil, citou pesquisa da organização que mostra que 71% dos brasileiros são a favor do aumento de impostos para pessoas muito ricas, para custear políticas sociais. A pesquisa também indica que a maioria (66%) percebe a educação como uma das causas da desigualdade, bem como uma de suas principais soluções.

— A Oxfam acredita que esse é, de fato, um caminho fundamental para a superação das distâncias sociais e econômicas no país. Defendemos, portanto, a implementação do Plano Nacional de Educação (PNE).

País perderá mais de R\$ 1 tri com isenções a petroleiras, diz consultor

Em audiência pública na Comissão de Desenvolvimento Regional (CDR), o consultor da Câmara dos Deputados Paulo César Ribeiro Lima criticou na quarta-feira a política do governo para o setor de petróleo. Segundo ele, as alterações promovidas pela Lei 13.586/2017, que concede isenções fiscais para empresas estrangeiras, provocarão perda de arrecadação do Imposto de Renda e da Contribuição Social sobre o Lucro Líquido (CSLL) superior a R\$ 1 trilhão.

Os prejuízos poderão maiores, segundo Lima, se a Câmara

aprovar o PL 8.939/2017, que isenta gastos com bônus de assinatura para ter direito de explorar um campo.

Autora do requerimento para a audiência e presidente da CDR, Fátima Bezerra (PT-

-RN), lamentou as medidas.

— Infelizmente a Petrobras perdeu o caráter de empresa pública — afirmou.

Paulo Rocha (PT-PA) alertou para a necessidade de uma mobilização de governadores

e prefeitos para impedir novas leis que beneficiam empresas estrangeiras. Elmano Ferrer (Pode-PI) e Regina Souza (PT-PI) consideraram importante a mobilização de petroleiros, de entidades da sociedade civil e de governadores e prefeitos.

Deyvid Bacelar, do Sindipetro-Bahia, criticou o tratamento desigual dado pela Polícia Legislativa da Câmara da representantes de sindicatos de petroleiros e lobistas das petrolíferas estrangeiras.

Fátima anunciou que a CDR deverá fazer em julho um novo debate sobre o tema.



Fátima Bezerra conduziu o debate com o especialista Paulo César Lima

Marcos Oliveira/Agência Senado

Indicações para Suécia e Índia vão a Plenário

Comissão de Relações Exteriores aprovou na quinta-feira os nomes de Nelson Antonio Tabajara de Oliveira, para Estocolmo, e de André Aranha Corrêa do Lago, para Nova Delhi

A COMISSÃO DE Relações Exteriores (CRE) aprovou na quinta-feira as indicações dos novos embaixadores do Brasil na Índia e na Suécia. As mensagens seguem para o Plenário.

O diplomata Nelson Antonio Tabajara de Oliveira vai exercer cargo de embaixador em Estocolmo e, cumulativamente, em Riga, na Letônia.

As relações diplomáticas Brasil-Suécia foram estabelecidas em 1826. Em 2017, o fluxo do comércio bilateral alcançou US\$ 1,55 bilhão,

apesar da queda de 9,3% das exportações brasileiras em relação ao ano anterior, ao totalizarem US\$ 466 milhões.

Dessa forma, a relação é deficitária para o Brasil, que exporta produtos básicos, como minérios, café e carne bovina, enquanto importa manufaturados, como máquinas, produtos farmacêuticos e partes e acessórios para veículos automotores. Apesar do saldo negativo, a parceria é positiva para o país, segundo defendeu o indicado durante sua sabatina na CRE.

Ele observou que a Suécia é forte investidora no Brasil, com empresas que possuem unidades no território brasileiro, como Scania, Ericsson e Electrolux, que proporcionam a geração de milhares de empregos.

— Vendemos muitos produ-



O presidente da Comissão de Relações Exteriores, Fernando Collor, entre Tabajara de Oliveira e Corrêa do Lago

tos primários. O primeiro item da pauta de exportação é o café. Temos interesse em ter a Suécia como parceira, mesmo com deficit comercial porque temos muitos investimentos suecos no Brasil — afirmou.

Ele destacou também a parceria com a Saab para a produção de caças Gripen no Brasil.

— É um grande contrato que conseguimos para as Forças Armadas. Serão 36 caças. Em 2019 já começaremos talvez a produção. É um investimento de mais de US\$ 5 bilhões, mas que terá retorno muito grande.

O senador Jorge Viana (PT-AC) pediu que o futuro embaixador mantenha a CRE informada sobre o andamento do projeto.

puseram a pauta global brasileira de exportações em 2017, três (celulose, carne bovina e carne de frango congelada) tiveram acesso inexpressivo ao mercado indiano.

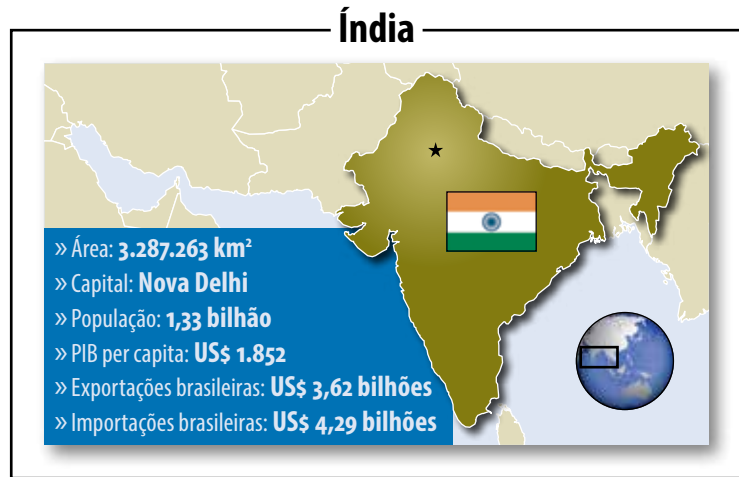
Estima-se que o investimento direto do Brasil na Índia alcance US\$ 1 bilhão, enquanto o investimento indiano no Brasil esteja na faixa dos US\$ 6 bilhões. O Brasil tem interesse em ampliar o comércio e os investimentos bilaterais, que ainda estão muito aquém do potencial dos dois países, conforme apontou o indicado.

— Estou convencido de que quanto mais se souber da Índia mais os brasileiros vão se interessar em se aproximar. Precisamos vencer obstáculos para a agricultura brasileira e o desconhecimento em relação ao Brasil — disse Correa do Lago.

Nova Delhi

O indicado para exercer o cargo de embaixador em Nova Delhi, na Índia e, cumulativamente, no Reino do Butão, é o diplomata André Aranha Corrêa do Lago.

Entre os maiores desafios comerciais enfrentados pelo Brasil em relação à Índia, destaca-se a dificuldade de acesso a mercados. Dos dez principais produtos que com-



Fonte: CIA World Factbook e investexportbrasil.gov.br

Comissão aprova nota contra política de tolerância zero de Trump

A política de “tolerância zero” do governo de Donald Trump contra imigrantes ilegais, sobretudo a prática de separar pais e filhos, foi criticada quinta-feira em nota da Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional (CRE). O documento aprovado ainda deve passar pelo Plenário, antes de ser encaminhado para Itamaraty,

embaixada dos EUA e Comissão de Relações Exteriores do Senado estadunidense.

Cerca de duas mil crianças foram separadas de suas famílias de 19 de abril até 31 de maio, entre elas 49 brasileiras que estão em abrigos. Alguns dos menores teriam sido colocados dentro de “jaulas” de metal, sem assistência de

adultos, enquanto aguardam os processos dos pais.

Na nota, os senadores lamentam o fato de um país com tradição de acolhimento a estrangeiros e defesa dos direitos humanos ter adotado tais práticas. O documento foi redigido por Jorge Viana (PT-AC) e recebeu o apoio de integrantes da CRE.

“Os Estados Unidos têm tradição de acolhimento de imigrantes. Trata-se de uma nação que foi construída pelo imprescindível trabalho e esforço de imigrantes vindos de todo o mundo”, diz trecho da nota lida pelo presidente da CRE, Fernando Collor (PTC-AL).

Ele disse que, após uma se-

mana de duras críticas, Trump determinou que filhos de imigrantes ilegais não sejam mais separados dos pais.

Os senadores Cristovam Buarque (PPS-DF), Vanessa Grazziotin (PCdoB-AM), Hélio José (Pros-DF) e Ana Amélia (PP-RS) também criticaram a política anti-imigração do governo Trump.

Viana critica iniciativas anti-imigração do presidente dos EUA

Jorge Viana (PT-AC) denunciou a política anti-imigração do governo de Donald Trump em pronunciamento no Plenário na quinta-feira.

O senador redigiu uma nota da Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional (CRE) em repúdio às ações de “tolerância zero” do governo dos EUA para impedir a entrada de imigrantes.

— O mundo ficou chocado, inclusive o papa Francisco, os americanos, os governos mundo afora e a imprensa internacional. Crianças enjauladas, apartadas dos seus pais. São cenas deprimentes. Coisa do mundo medieval.



Edilson Rodrigues/Agência Senado

Teto de gastos está desmontando o Estado brasileiro, diz Paim

Paulo Paim (PT-RS) afirmou na quinta-feira que a Emenda Constitucional 95, que fixou um teto de gastos para o governo, é um atentado ao desenvolvimento e desmonta o Estado em prol dos detentores do capital financeiro.

Na opinião do senador, a limitação por 20 anos dos gastos orçamentários anuais ao que foi aplicado no ano anterior, descontada a inflação, é uma norma que compromete os direitos sociais e afronta a Constituição.

— Pergunto a quem interessa tudo isso, quem são os favorecidos? Com total certeza não são os mais pobres, vulneráveis, necessitados, a juventude, estudantes, trabalhadores, aposentados, muito menos os desempregados.

Capiberibe pede ajuda a ameaçados por reintegração de posse

João Capiberibe (PSB-AP) chamou a atenção na quinta-feira para o problema social que poderá ser causado pela expulsão de famílias que ocupam uma área próxima ao aeroporto de Macapá. A Justiça Federal no estado concedeu a reintegração de posse em favor da Infraero e as casas dos ocupantes serão demolidas a partir de 6 de julho.

— É preciso atuação do governo federal, da prefeitura e da União para atender essas quase 6 mil pessoas. Os moradores não têm o que fazer, pois são pobres vivendo numa área de ocupação indevida.



Genaldino Migele/Agência Senado

Hélio José celebra 45 anos da Eletronorte e condena privatizações

Hélio José (Pros-DF) lembrou na quinta-feira os 45 anos da Eletronorte, empresa que, para ele, é o símbolo maior do desenvolvimento sustentável e da integração da região amazônica, fornecendo energia para nove estados.

O senador se posicionou contra a privatização do setor elétrico. Na opinião dele, se isso ocorrer, haverá o aumento desenfreado da conta de luz para a população, sem a garantia de que os serviços serão melhorados.

— Trata-se de uma área estratégica. Por isso, em outros países, quem controla o setor elétrico é o Estado.



Waldemir Barreto/Agência Senado